

CDU 338.92 (81)

A REGIÃO EM TRANSFORMAÇÃO: DESAFIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Constance Joyce Clark(*)

Introdução

A região Norte é uma região em nítido processo de transformação. Este artigo pretende, em primeiro lugar, retratar o papel do Estado nessas transformações. Depois, relatam-se as transformações no padrão de desenvolvimento deste processo na região. Em seguida, uma análise parcial da dívida social gerada no meio desse processo é realizado, embora as feições sociais desta transformação não sejam conhecidas de forma adequada, diante da omissão pública de fornecer dados sobre o segmento rural da população.

Finalmente, apresentam-se algumas reflexões sobre a questão de desenvolvimento sustentável *vis-à-vis* esta dinâmica.

1. Crescimento a Partir da Transferência de Capital Financeiro e Humano

A região Norte registrou um crescimento do Produto Interno Bruto mais intenso do que o país como um todo, na segunda metade da década de 70 e na primeira metade de 80. Em grande parte, o dinamismo registrado ocorreu pela injeção de recursos financeiros e humanos extra-regionais. Sua taxa de crescimento foi quase o dobro da do país no primeiro período, e cerca de cinco vezes a taxa nacional no segundo (Tabela 1).

(*) Economista, pesquisadora do departamento de Economia do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco.

TABELA 1

BRASIL E REGIÃO NORTE: CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DO PAÍS E DA RENDA INTERNA REGIONAL NO PERÍODO DE 1970/1985

ESPECIFICAÇÃO					
	1970-75	1975-80	1980-85	1970-80	1970-85
BRASIL	9,9	10,7	1,4	10,3	7,2
REGIÃO NORTE	9,8	19,8	6,7	14,7	11,9

FONTE: FGV E SUDAM

O estado teve um papel destacado no dinamismo observado na região Norte, neste período (Costa, 1980). O Plano de Metas havia servido de grande impulso na integração da região Amazônica ao país, no período anterior (1957-60)), constituindo um instrumento importante para sua inserção econômica no território nacional, através das vias de penetração construídas para o Norte e o Oeste, destacando a Belém-Brasília, e Acre-Brasília como rodovias articuladas com o resto do país. O programa Estratégico do Governo no início do período considerado aqui (1968 a 1970), encarregou o Ministério do Interior com a coordenação da ação regional previamente exercida pelas superintendências regionais, empregando a idéia de "pólos industriais" como meios de estimular a complementaridade inter-regional. No I PND, o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-74) os planejadores continuam a priorizar a integração, aplicando o conceito de fronteira econômica e criando as Regiões Metropolitanas.

Em 1974, o II PND (1975-79) marca uma mudança de estratégia, num contexto de declínio de investimentos. Se aponta para o crescimento das exportações como meio de equilibrar o balanço de pagamento. Para o Norte, a preocupação com projetos de colonização é posto de lado, fazendo-se uma clara opção pela grande empresa, seja de capital nacional ou estrangeiro.

A atuação do Estado na Amazônia, iniciado com a criação da SPVEA (1953), depois transformado na SUDAM, foi complementado pela criação da SUFRAMA em 1967, como órgão de gerenciamento da Zona Franca de Manaus. O Projeto Grande Carajás, criado em novembro de 1980, envolvia a SUDAM, a SUDENE e a SUDECO, num esforço de exportação dos minérios existentes na região. Este, que se voltou para gerar divisas através de projetos de exploração, constitui um desafio à implantação de processos de desenvolvimento sustentável na região.

Em termos setoriais (Tabela 2), a indústria se apresentava como o setor mais dinâmico, registrando taxas anuais de crescimento de 19,8% no período 1970/1985, em comparação com taxas de 9,4% no setor primário e 9,5% no setor terciário. De 1970 a 1985 Rondônia se apresentou como a unidade federativa mais dinâmica da região, com crescimento anual do produto de 19,9%, enquanto que os estados do Amazonas e do Pará apresentaram crescimento em torno da média regional.

TABELA 2
REGIÃO NORTE: CRESCIMENTO ANUAL, SEGUNDO SETORES E UNIDADES
DA FEDERAÇÃO - 1970/1985

SETORES PRODUTIVOS	1970/85 (%)	UNID. FEDER. REG. NORTE	1970/85 (%)
AGROPECUÁRIA	9,4	RONDÔNIA	19,9
		ACRE	7,8
INDÚSTRIA	19,8	AMAZONAS	12,1
SERVIÇOS	9,5	RORAIMA	11,9
		PARÁ	11,4
		AMAPÁ	6,0
TOTAL	12,1	TOTAL	12,1

FONTE: FGV.

No período compreendido entre 1960 e 1980, praticamente criou-se um segmento produtivo novo na região. O Valor da Transformação Industrial do segmento constituído pela indústria extrativa mineral e pela indústria de transformação ampliou-se quase 18 vezes, alcançando 25 vezes o valor antes registrado no estado do Amazonas. O crescimento industrial processou-se de forma desigual entre as diversas Unidades da Federação que compõem esta região. Os dois maiores estados, Amazonas e Pará, por exemplo, apresentavam um nível de produção industrial semelhante, em 1960. Em 1980, o Amazonas se distanciou significativamente do Pará.

A crescente concentração da propriedade rural, observada na década de 70, assinala a penetração muito intensa das relações capitalistas, no campo, sob a forma do binômio modernização/especulação, que teria se apoiado na grande disponibilidade de crédito, subsídios e incentivos fiscais e financeiros. Os investimentos governamentais destinados à abertura dos eixos rodoviários também tiveram um papel importante neste processo, provocando a valorização das terras incorporadas aos estabelecimentos agrícolas.

O setor terciário evidenciou uma redução do seu peso relativo de quase 16 pontos percentuais entre 1950 e 1985 (tabela 3). Este declínio não reflete uma queda absoluta do produto neste setor, diante das taxas anuais de crescimento de 9% entre 1960 e 1970 e 9,5% entre 1970 e 1985, mas resulta do maior crescimento da agricultura e da indústria. Além disso se verifica no terciário uma transformação paulatina do perfil destes serviços. Houve uma redução das atividades comerciais e governamentais, enquanto as ligadas ao transporte, à comunicação e à intermediação financeira cresceram.

TABELA 3
REGIÃO NORTE: COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PRODUTO REGIONAL (%) - 1950/1985

SET. PRODU.	ANOS							
	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985
AGROPECUÁRIA	30,1	28,4	25,1	25,1	23,6	21,8	16,1	16,3
INDÚSTRIA	11,3	15,1	18,3	15,7	15,1	20,0	37,2	40,7
SERVIÇOS	58,6	56,5	56,6	59,2	61,3	58,2	46,7	43,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FGV (1950/1980)

IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1991 (1985).

2. Transformações no Padrão de Desenvolvimento

O padrão de crescimento da região resultou numa mudança gradativa do seu perfil produtivo. Em 1950, como se vê na Tabela 3, a agropecuária foi responsável por quase um terço do produto regional, diminuindo em importância relativa até 1985, quando produzia 16,3% do produto regional. Neste período a importância da indústria cresceu. Participou com apenas 11,3% da produção em 1950, chegando a 1985 com 40,7% do produto regional. O maior impulso nesta transformação ocorreu entre 1975 e 1980, quando a indústria passou de 20% do produto regional para 37,2%. A partir de 1950 os serviços mostram comportamento irregular apresentando uma queda acentuada no período entre 1970 e 1985, passando de 61% para 43% sua participação no PIB regional.

O setor agropecuário manifesta uma ampliação significativa na ocupação do espaço regional. No período de 15 anos (de 1970 a 1985) a área dos estabelecimentos rurais passou de 23,2 milhões de hectares para 44,9 milhões, um acréscimo equivalente ao espaço físico de países como El Salvador e Israel. Essas transformações foram mais intensas em Rondônia e no Pará, que apresentaram taxas de ampliação de área de 9,2% e 5,4% ao ano, respectivamente, entre 1970 e 1985. Segundo dados dos Anuários Estatísticos do Brasil de 1975 e 1991, o tamanho médio do estabelecimento agrícola na região cresceu aproximadamente 30% no período 1970-1985, embora os dados preliminares do Censo Agropecuário de 1985 sugiram uma reversão desse processo no quinquênio 1980-1985. Esse processo de concentração está mais presente no Acre e no Pará.

A evolução do setor agropecuário caracteriza-se pelo elevado crescimento na área dedicada à lavoura permanente, enquanto que a lavoura temporária registra um aumento menos acentuado entre 1970 e 1985 (Tabela 4). O padrão tecnológico da agricultura no Norte também avançou, registrando a tecnificação destas atividades a taxas superiores às observadas para o país como um todo, ainda que as diferenças absolutas entre o padrão tecnológico dessa região e o do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste sejam muito grandes (Kageyama,

1986 e Martine, 1987). No reajuste resultante destas transformações, as atividades do extrativismo vegetal e das culturas alimentares perderam espaço, enquanto o cultivo de produtos agrícolas para exportação cresce.

TABELA 4
REGIÃO NORTE E BRASIL: INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA - 1970/85

UNIDADES DE OBSERVAÇÃO	1970	1975	1980	1985
ÁREA DE LAVOURA				
NORTE/BRASIL (%)				
PERMANENTE	1,6	2,8	5,1	6,8
TEMPORÁRIO	1,9	3,0	3,1	3,2
BOVINOS				
NORTE/BRASIL (%)	3,0	2,7	3,9	4,5
TRATORES				
NORTE/BRASIL (%)	0,7	0,5	1,2	1,0
PESSOAL OCUPADO				
NORTE/BRASIL (%)	5,3	6,9	8,4	9,6

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários e Sinopse Preliminar do Censo Agrícola.

(Dados extraídos de Martine, George. *Evolução... Op. Cit.*)

O setor agropecuário beneficiou-se de várias políticas empreendidas pelo Governo Federal no sentido de estimular o crescimento e desenvolvimento da região. Um estudo dos resultados de vinte anos de incentivos fiscais na região demonstra que os projetos agropecuários sofreram uma queda acentuada de rentabilidade depois dos primeiros anos, diante do emprego de tecnologia não apropriada para o meio-ambiente amazônico. Entre 674 projetos agropecuários e agroindustriais aprovados pela SUDAM até setembro de 1985, 94 foram tidos como implantados. Verificou-se que apenas três destes 94 projetos tinham alguma rentabilidade no período, sendo que "um único aspecto da política de incentivos fiscais funcionou como o previsto: a concessão de recursos oficiais" (Gasques & Yokomizo, 1986).

No período 1970-1985 verificam-se mudanças importantes na composição da produção da indústria de transformação. Os dados indicam um padrão de desenvolvimento em que a região passa de uma concentração do seu parque industrial na produção de bens de consumo não duráveis, direcionada para o mercado local, para a produção de bens duráveis, que gradativamente orienta sua produção para os mercados extra-regionais. Os bens de consumo duráveis e de capital passam de participação de apenas 6,1% do produto regional, em 1970, para 52,1% em 1985, mostrando uma taxa de crescimento anual de 35,3%.

O grande responsável por essa transformação de perspectiva setorial

é o estado do Amazonas, onde concentraram os resultados da política industrial coordenada pela SUFRAMA, complementada pela política industrial da SUDAM. O Amazonas, com a consolidação da Zona Franca, se constitui num pólo eletro-eletrônico e de material de transporte para o mercado nacional, e uma das portas de entrada de novos grupos empresariais multinacionais em busca do mercado brasileiro. Sua proposta de maior índice de produtos nacionais, no entanto, se encontra enfraquecida pela presença de uma prática difundida de etiquetagem de produtos estrangeiros (Beting, 1993). O Pará, por sua vez, funciona como centro estratégico da produção de insumos, sobretudo de origem mineral, vinculado tanto à política nacional de exportação e de geração de divisas, como à de produção de insumos estratégicos para o desenvolvimento industrial do país.

A natureza heterogênea do setor terciário não permite conclusões definitivas quanto ao impacto das tendências observadas. É possível que tenha havido avanços no comércio (com a difusão dos supermercados ou dos estabelecimentos de auto-serviços), no sistema financeiro (com a informatização), no setor público e no subsetor de comunicações. Os segmentos modernos do setor coexistem com os serviços em que prevalecem as relações informais de trabalho, tais como o pequeno comércio e a prestação de serviços.

O emprego gerado a partir das transformações setoriais se estabeleceu num padrão crescentemente urbano. Em 1960, 65,9% da PEA se encontrava no setor primário; em 1980 apenas 44,0% se localiza neste setor. No mesmo período, de acordo com os Censos Demográficos do IBGE, o setor industrial quase triplica sua participação relativa na PEA, crescendo de 6,1% para 17,5%.

Os dados da Tabela 5, considerando o número de pessoas ocupadas nos principais ramos de atividade segundo o PNAD, confirma a continuidade da queda da porcentagem de pessoas envolvidas no setor agrícola, registrando 13,0% da população ocupada no Norte engajada nele em 1976, e 7,4% em 1990, refletindo a orientação predominantemente urbana da acumulação de capital na região. O crescimento dos serviços pessoais sugere uma grande gama de pequenos serviços ligados a relações "informais" de trabalho. Esta década de 70 é a década do Projeto Grande Carajás, da SUFRAMA, e da SUDAM.

TABELA 5

BRASIL E NORTE: PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE, 1976 E 1990 (%)

RAMO DE ATIVIDADE	BRASIL		NORTE	
	1976	1990	1976	1990
1. Agricultura	36,2	22,8	13,0	7,4
2. Indústria	23,2	22,7	22,9	21,3
3. Serviços	37,8	51,7	59,8	68,8
4. Outro	2,8	2,8	4,2	2,5

FONTE: PNDA 1990

3. A Dívida Social Gerada pela Transformação Econômica

As transformações no setor agrícola atingiram a população de diversas formas. Por um lado, os pequenos produtores atraídos à região por programas de colonização e construção de estradas eram mais capacitados para participar da implantação de estruturas capitalistas do que a população nativa. Por outro lado, a crescente concentração da posse da terra, efetuada no contexto de uma maior expansão demográfica estimulada pelos programas de colonização, pela construção de estradas e pela publicidade maciça quanto às possibilidades abertas aos pequenos produtores, levou a uma situação explosiva na região. Mais de 353 áreas de conflito foram identificadas no estado do Pará, por exemplo, espalhadas por 14 microrregiões, no período entre 1976 e 1987, quando se registraram 390 mortes em conflitos de terra (Comissão Pastoral, 1988). Da mesma forma, consta uma situação explosiva na área dos garimpos, onde uma virgem de 14 anos valia Cr\$ 20 milhões em leilão em junho de 1993. Resulta-se uma desarticulação social que alcança todos os setores sociais da região, abrindo espaço para o envolvimento do cartel de drogas, e o cólera, na região.

As transformações industriais verificadas na região têm provocado um impacto ambíguo quanto aos benefícios propiciados à população. Por um lado, verifica-se um aumento de emprego e crescimento populacional no meio urbano. Pelas migrações, atraiu-se uma população relativamente mais qualificada à região, exercendo funções técnicas e de gerenciamento no setor de produção industrial. Nota-se que o emprego ampliou-se ligeiramente mais do que o crescimento populacional, mesmo dentro de um quadro de intensa migração. Por outro lado a concentração espacial da atividade industrial dentro da região, fundamentalmente em duas capitais de estado, Belém e Manaus, provoca os problemas de inchaço já conhecidos em outras cidades cujas populações tiveram crescimento através de padrões de desenvolvimento semelhantes aos presentes na região Norte (Melo & Moura, coordenadores, 1990).

As transformações não superam a desigualdade na distribuição de renda na região. A remuneração média mensal na região Norte em 1986, por exemplo, obedeceu um padrão de distribuição mais desigual do que para o País como um todo, posto que 42,72% dos nortistas percebem até 2 salários mínimos contra (37,86%) nesta faixa ao nível nacional. No outro extremo, apenas 1,44% dos trabalhadores recebem mais de 20 salários mínimos no Norte, enquanto 2,04% têm esta renda no País.

As diversas Unidades da Federação no Norte apresentam comportamento salarial bastante diversificado, sendo o Acre a que congrega a maior concentração de trabalhadores na faixa salarial até 2 salários mínimos (62,82%), seguido por Pará (51,2%). Amazonas mostra uma tendência a maior remuneração que a média nacional, já que somente 27,81% dos trabalhadores seriam enquadrados nesta faixa que conota penúria na maioria das casas (Tabela 6). Roraima se destaca pelo percentual de pessoas recebendo mais de 20 salários mínimos, sendo 2,72% do total que declaram sua renda, embora diante da

pequena população este percentual corresponde a apenas 395 respondentes. Os dois grandes estados, Pará e Amazonas, têm percentuais abaixo da média nacional nas faixas mais altas da renda.

TABELA 6

TAXA ACUMULADA DA DISTRIBUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO NA REGIÃO NORTE E NO BRASIL, 1986

FAIXA DE RENDA	RO	AC	AM	RR	PA	AP	NO	BR
0 - 2	44,13	62,82	27,93	21,97	51,20	30,83	42,72	37,86
2,01 - 4	77,89	82,34	67,80	53,21	78,38	63,97	74,21	69,72
4,01 - 10	94,34	95,10	91,70	83,59	93,74	84,73	92,70	91,75
10,01 - 20	98,97	99,01	98,33	97,24	98,66	98,72	98,56	97,94
+ DE 20	99,99	100,00	99,99	99,99	100,01	99,99	100,00	99,98

FONTE: MTb/RAIS - 1986.

A PNAD de 1990 indica uma melhora dos rendimentos na faixa até 2 salários mínimos. Segundo estes dados, em 1976 64,1% das pessoas ocupadas perceberam 2 salários mínimos ou menos. Em 1990, este percentual caiu para 40,6%, menos portanto do que a média nacional (48,6%). Em compensação, ao nível nacional, havia uma pessoa ocupada por cada 3,9 pessoas na população geral, enquanto esta relação era de 1 por 4,4 pessoas no Norte.

Um outro condicionante a ser levado em conta na leitura dos dados sobre renda, trata do impacto diferente da renda na situação alimentar em regiões distintas. Uma pesquisa realizada pelo IBGE, em 1989, constatou que a criança nortista e nordestina só exibe um padrão de crescimento normal a partir de uma renda familiar mensal equivalente a dois salários mínimos per capita. No Sul, Sudeste e Centro-Oeste, porém, metade desta renda é suficiente para garantir padrões de crescimento normais. Se atribui isso ao acesso superior das populações destas regiões a serviços públicos essenciais, que interagem com a renda para oferecer condições de vida adequadas (Monteiro, sem data).

A integração da região Norte com a economia nacional e internacional ocorreu em várias frentes. O esforço para construir uma rede física de transportes abriu áreas até então dependentes de vias fluviais para escoamento de produtos e inserção no mercado. A busca de atividades econômicas capazes de gerar divisas para equilibrar o balanço de pagamentos diante da crescente necessidade de pagamento do serviço da dívida externa incentivou o esforço da Zona Franca de Manaus, e a exploração mineral, principalmente a partir do projeto Grande Carajás.

Repete-se a constatação da ambigüidade dos resultados alcançados a partir desta política extrovertida. Constata-se, no fim do período, a fragilidade das indústrias e projetos agrícolas incentivados, vulneráveis a reflexos de caráter internacional. A falta de ligações para frente e para trás, implícitas nas políticas implantadas no período, é um custo muito alto comparado com os benefícios presentes alcançados. O grande esforço registrado na região não deixou, ao que parece, impactos duradouros na economia regional (Rosa, 1987; Lopez, 1982; Mendes, 1987; IDESP, 1989; Benchimol, 1988; e Costa, 1985).

O esforço de dinamização da cidade de Manaus e Amazônia Ocidental, passando pela abertura ao capital proveniente do Sul do País e do estrangeiro, trouxe como consequência paradoxal uma participação negativa da região no balanço de pagamento. Essa (Tabela 7) variou consideravelmente durante os anos 80, apresentando um saldo negativo que constituiu 07,9% do déficit do País em 1980 e 62% do mesmo em 1982. Somente em 1984 consta a região de um saldo positivo. O Norte registrou um peso negativo na balança comercial mesmo em 1985, quando o País como um todo mostrou um forte superávit. A partir de 1988 se observa saldos positivos na Região Norte, liderada pelo Pará, que gerava excedentes comerciais de US\$ 792,72 milhões em 1988, US\$ 1.182,81 milhões em 1989 e US\$ 1.310,83 milhões em 1990. Em contraste, o Estado do Amazonas, de 1988 a 1990 se revela como o que apresenta maior peso negativo, tendo um montante de importações que excede suas exportações de US\$ 695,15 milhões em 1988, US\$ 1,09 bilhões em 1989 e US\$ 1.10 bilhões em 1990.

A construção de grandes hidrelétricas como Tucuruí e Balbina fazem parte do cenário desses anos. Além de oferecer energia barata para as indústrias da região, elas responderam ao déficit energético do Nordeste, consequência da implantação de seus grandes projetos de irrigação (Brasil - Min. Minas e Energia, 1987). Não têm sido feitas avaliações sistemáticas dos efeitos destes incentivos. Ressalvam-se muitos estudos que, em contrapartida à geração de energia, estas hidrelétricas apresentam efeitos negativos quanto ao impacto sobre o meio ambiente e à situação sócio-econômica das tribos indígenas e dos posseiros nas áreas (IDESP, 1989; Santos & Andrade, 1988; e Ferraz & Castro, 1987).

TABELA 7

BRASIL E NORTE: BALANÇA COMERCIAL 1960-1987 EM US\$ 1.000.000

FOBANOS	BRASIL	NORTE	NO/BR
1960	- 193,3	-	-
1970	- 110,3	-	-
1975	- 4.992,4	-	-
1980	- 2.862,8	- 228,2	7,97
1981	1.202,4	- 81,0	6,74
1982	- 894,0	- 554,3	62,00
1983	5.098,0	- 92,6	1,82
1984	11.795,0	171,5	1,45
1985	12.486,0	- 103,8	0,83
1986	8.304,0	- 390,9	4,71
1987	11.172,0	- 105,5	0,94
1988	19.184,0	155,4	0,81
1989	16.119,0	138,9	0,86
1990	10.752,0	265,4	2,47

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1993

Observa-se uma melhoria na área urbana na década de 80 quanto a certos indicadores sociais. De 1983 a 1988, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil caiu de 59,5 por 1.000 nascidos vivos para 47,8 em 1988. Da mesma forma, constata-se um crescimento na taxa de alfabetização de 78,0% em 1983 para 80,1% em 1989. Houve, também, um crescimento gradativo durante os anos 1983/1989 de mais de 11 pontos percentuais nos domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água. Não existem dados para a área rural nesta década, impossibilitando a comparação destes indicadores nos dois setores.

4. Em busca do Desenvolvimento Sustentável: Uma Região Ameaçada

A região Norte oferece potencialidades e desafios de magnitude condizentes com a amplitude de sua área geográfica. Esta região tem a maior reserva mineral inexplorável no planeta, possui uma riqueza potencial inestimável enxertada nos códigos genéticos da flora e fauna da região. Ela oferece uma vasta área geográfica esparsamente povoada, e um laboratório sociológico a partir dos caminhos alternativos de organização social vivenciado pelas tribos indígenas nela radicadas. O dinamismo registrado na experiência da Zona Franca de Manaus e no crescimento industrial na região sugere uma capacidade empresarial e uma classe trabalhadora aptas para realizar projetos de produção que passam a tornar investimentos cada vez mais lucrativos. O êxito na construção de estradas

e de fontes de energia hidrelétrica deixou uma infra-estrutura adequada para realizações ambiciosas.

A região conta com uma riqueza florestal que serve como insumo para os ramos madeireiro, moveleiro, papel-celulose, químico e energético na ordem de 45 bilhões de metros cúbicos de madeira em pé. Verificam-se reservas minerais apreciáveis de ferro, bauxita, ouro e cassiterita e de minérios com novas aplicações tecnológicas (nióbio, manganês, titânio). Um potencial hidrelétrico e de pesca inusitado existe na sua bacia hidrográfica de mais de 6 milhões de quilômetros quadrados.

O grande desafio da região é evoluir um padrão de desenvolvimento sustentável que respeite as reservas disponíveis e favoreça o crescimento da economia dentro de um padrão que resulte na melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das populações ali residentes. Isso exige uma profunda reorientação do modelo de desenvolvimento recentemente orientador das iniciativas e investimentos na região. Torna-se imprescindível a elaboração de uma reestruturação profunda da organização social e fundiária da região, se a proposta de um desenvolvimento sustentado seja mais que um conceito vazio e utópico (Bitoun et alii, 1991).

Se torna necessário repensar, ao longo do processo de eleição de prioridades para a região, a utilidade de implantação de uma estratégia de maior estímulo da produção de alimentos dentro da própria região. O estudo nacional que resultou no Mapa da Fome aponta o desencontro geográfico entre áreas de produção de alimentos e da localização das famílias famintas. Enquanto quase 90% da produção alimentar se realiza no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a maioria dos famintos moram no Norte e Nordeste (Peliano, 1993).

Reconhece-se o impacto ao nível local do desmatamento desordenado (Molion, 1988). Embora em desaceleração devido às repercussões da crise nacional nos investimentos na região, sofrendo pressões internacionais por parte de grupos preocupados com o impacto global desse procedimento, o desmatamento irracional da região continuava, até o fim da década um procedimento comum. Pressões do mercado, tais como a exaustão das florestas do Sudeste da Ásia, a continuação da exploração mineral e os projetos hidrelétricos de grande porte (Fearnside, 1988), e a atuação do Estado, têm reforçado, na década de 80, os estímulos ao desmatamento, como pode ser observado no quadro-resumo apresentado abaixo.

Um novo processo decisório que busque modelos de ocupação, produtividade e desenvolvimento sustentável, se torna necessário, para dar conformação precisa às preocupações ecológicas, sociais e econômicas. Precisa-se encontrar um modelo de aproveitar a base de recursos naturais a partir do desenvolvimento e da adaptação de tecnologias adequadas às especificidades da região.

PRESSÕES DE MERCADO QUE INFLUENCIAM NO DESMATAMENTO DA REGIÃO NORTE - 1988

PRESSÕES DE MERCADO	ELO COM DESMATAMENTO
Especulação Fundiária	Derrubada estabelece o direito de posse, eleva o valor de venda
Incentivos Tributários	Empresas exemplos do pagamento de impostos devidos em outros lugares do país
Estrutura Tributária	Maiores impostos para terras em "desuso", i.e. não desmatadas
Financiamento	Projetos para fazendeiros com taxas de juros reais negativos.
Subsídios para Culturas de Exportação	Culturas como cacau, café, borracha, pimenta preta, cana-de-açúcar.
Produção para Exportação	Produtos como a carne, cacau, arroz de sequeiro vendidos em outras regiões ou países.
Produção de Subsistência	Pouco importância.

FONTE: Baseada em Fearnside, Op. Cit., pp. 29-30.

Fearnside previa em 1988, a continuação do desmatamento intensivo diante de quatro fatores principais: 1) o aumento da demanda de madeira no mercado mundial, diante da exaustão das florestas do sudeste da Ásia; 2) produção de carvão para atender às necessidades da produção de aço do Projeto Grande Carajás; 3) continuação do desenvolvimento mineral em Carajás, Trombetas, Serra Pelada, e outros lugares; e 4) projetos hidrelétricos em Tucuruí, Balbina, Samuel, Itapunara (4.445 Km²), Curuá-Unam Paredão (2.538 Km²), com efeitos indiretos devido a novos desmatamentos efetuados pelas populações deslocadas pelas águas represadas. Carecem estudos contínuos de monitoramento para verificar até que ponto estes fatores ou outros de semelhante intensidade, estariam atuando nesta região dinâmica. Ao mesmo tempo, se torna imprescindível evitar um ambientalismo primário esquecendo que é a Região Centro-Sul que evidencia o estado mais avançado de degradação ambiental devido à

concentração das atividades econômicas (Martine, 1991).

A questão fundiária também apresenta desafios ao Estado, que não pode se negar a assumir uma postura diante dos colonos e posseiros trazidos à região, freqüentemente, a partir de incentivos provenientes dos cofres públicos. O abandono da população ao longo da Transamazônica tem que ser avaliado não só dentro de uma política de contenção de gastos públicos, mas também diante da dívida social para com as famílias que se defrontam com o dilema de ficar na terra que não as sustenta por falta de condições de escoamento do produto de seu trabalho, ou de se instalar na cidade que oferece uma vida de fome e insegurança diante das poucas perspectivas de emprego.

As estratégias de desenvolvimento industrial precisam ser repensadas diante dos critérios ecológicos e sociais já levantados em estudos regionais. Questiona-se a adequação dos sítios escolhidos para implantação dos centros de processamento dos minérios, da escolha de tecnologia para o processamento do ferrogusa e da racionalidade, a longo prazo, de estímulos a indústrias que exigem um alto coeficiente do insumo energia no processamento do produto (Santos & Andrade, 1988; Magalhães, 1986/87; Barros, 1987; Costa et alii., 1987; Lara, 1986/87; e Valverde, 1988). Percebe-se, também, que o desenvolvimento industrial no passado recente se sustenta numa frágil base em termos de continuidade e capacidade de resisitir às recessões nacional e internacional, baseado em articulações produtivas nacionais e internacionais, sem fortalecer as ligações para frente e para trás dentro da própria região (Gasques & Yokomizo, 1986).

Há necessidade, para enfrentar os desafios e realizar as potencialidades desta região, de uma nova atitude e da constituição de um novo regime de relações interinstitucionais entre o poder central e o poder local, e destes com as populações indígenas e de trabalhadores rurais e urbanos.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Almir Ferreira. Pequenos produtores rurais: implantação da indústria leva à marginalização do campo. *Pará Desenvolvimento*. Belém, n. 22, 1987.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia fiscal: uma análise da arrecadação tributária e seus efeitos sobre o desenvolvimento regional*. Manaus: IPEA, 1988.

BETING, Joelmir. "Parada Técnica". *Jornal do Commercio*. Recife, 24.3.93.

BITOUN, Jean.; GUIMARÃES NETO, Leonardo.; ARAÚJO, Tânia

- Bacelar de. *Nordeste e Amazônia: articulação econômica e territorial e impactos sociais e ambientais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1992.
- COSTA, J. M. M. Tecnologia e articulação dos modelos de crescimento nacional e amazônico. In: HEBETTE, J. (coord.). *Ciência e tecnologia para a Amazônia. Cadernos NAEA*, Belém, UFPA/NAEA. n. 7, 1985.
- COSTA, Roberto Azevedo da, et alii. Carvão vegetal ameaça pequena produção de alimentos. *Pará Desenvolvimento*. Belém, v. 22, n. 41-45, 1987.
- FEARNSIDE, Philip. M. Causas do desmatamento na Amazônia brasileira. Belém: v. 23, n. 24-33, jan./jun., 1988.
- FERRAZ, Iara; CASTRO, Eduardo Viveiros de. Projeto Carajás e os povos indígenas: expectativas e realidade. *Pará Desenvolvimento* Belém: v. 20/21 n.30-34, jul./dez., 1987.
- GASQUES, José Garcia; YOKOMIZO, Cláudio. Resultados de vinte anos de incentivos fiscais na agropecuária da Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 14. Brasília: ANPEC, dez. 1986, vol. 2.
- IDESP, *Ocupação do solo e subsolo: terras indígenas*. Belém: IDESP, 1989.
- KAGEYAMA, Ângela. *Modernização, produtividade e emprego na agricultura - uma análise regional*. Campinas: 1986 (mimeo).
- LARA, Flávio Wanderley. Reflexões sobre o impacto sócio-econômico do Projeto Ferro - Carajás nas imediações da Estrada de Ferro Carajás-Itaqui. *Pará Desenvolvimento*. Belém: v. 20-21, n. 43-45, 1986/87.
- LOPEZ, Fábio Sepulveda. *Estilo brasileiro de desenvolvimento amazônico*. Belém: UFPA/NAEA, 1982. (Dissertação de Mestrado).
- MAGALHÃES, Antônio Rocha. Impacto dos grandes projetos na Amazônia. In: COSTA, J. M. M. (coord.). *Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Cadernos NAEA*. Belém: UFPA/NAEA, n. 9, 1987.
- MARTINE, George. Tecnologia, política agrícola, política agrária e política em geral. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.
- , *Desenvolvimento, dinâmica demográfica e meio*

Constance Joyce Clark

ambiente: repensando a agenda ambiental brasileira. Brasília: Instituto SPN, 1991.

MENDES, Armando Dias. *O mato e o mito*. Belém: NAEA-UFPA, 1987.

MOLION, Luis Carlos B. A Amazônia e o clima do globo terrestre. *Pará Desenvolvimento*. Belém, v. 23, n. 53-59, jan./jun., 1988.

MONTEIRO, Carlos Augusto. *O mapa da Pobreza no Brasil*. São Paulo: USP (mimeo). Sem data.

PELIANO, Anna Maria, coord. *O Mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar*. Brasília: IPEA, 1993. Documento de Política, 14

ROSA, Tereza Coelho Cativo. *Aspectos da industrialização da Amazônia: repercussão sobre o perfil da mão-de-obra*. Belém: UFPA/NAEA, 1987 (mimeo).

SANTOS, Leinad A. O.; ANDRADE, Lúcia M. M. de (orgs.) *As hidrelétricas do Xingú e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

VALVERDE, Orlando. Conflitos e equilíbrio ecológico no povoamento em expansão da faixa próxima à Estrada de Ferro Carajás. *Pará Desenvolvimento* Belém, n. 23, 1988.

